

Planta 1

Legenda:

1 - Entrada | 2 - Saída | 3 - Cabine | 4 - Plateia | 5 - Ecrã | 6 - WC

Para a história do cinema em Alcáçovas

Ao longo do tempo diversas foram as infraestruturas urbanas projetadas e executadas nas três localidades que compõem hoje o conselho de Viana do Alentejo. Delas são dados informes na documentação do Arquivo Histórico Municipal, sobretudo nas secções de Urbanismo e de Obras, do fundo documental da Câmara Municipal de Viana.

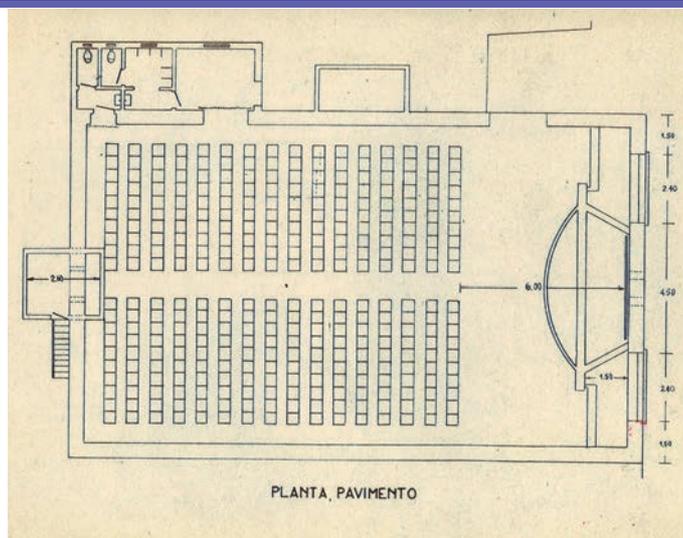
Interessantemente, em alguns casos, os projetos nunca saíram do papel e noutras situações podem referir-se a espaços hoje já inexistentes ou que apresentam atualmente diferentes configurações. Quer se refiram a construções existentes ou que já foram alteradas ou demolidas, os projetos que ainda subsistem no Arquivo contêm informação relevante que nos permitem datar a sua execução (por vezes apenas por aproximação) e para nos ajudar a compreender a evolução urbana das vilas e a sucessiva utilização dos espaços, bem como questões políticas, sociais e culturais a que estão associados, em cada uma das

épocas em que foram produzidos.

Destacamos hoje dois projetos que se referem à presença do cinema em Alcáçovas. Um datado de 1943 e outro com data de 1947.

O primeiro deles refere-se à possibilidade de instalar na vila um cinema ao ar livre. José Francisco Boasinha, de 34 anos, residente em Valverde, requereu autorização, ao Inspetor Geral dos Espetáculos, em junho de 1943, para dar sessões de cinema ao ar livre em Alcáçovas, em recinto completamente vedado, com as características da planta que junta e que submete à aprovação do inspetor. Depois de identificar o equipamento de projeção e de som que irá utilizar, justifica o pedido com o facto de Alcáçovas não possuir qualquer cinema ou esplanada e estar situada a 30 Km de Évora, localidade onde há espetáculos. Requer, por isso, alvará para funcionar legalmente. Na descrição do espaço que será utilizado diz-se que o cinema será instalado num recinto já existente, completamente fechado

por edificações bastante altas; que a cabine de projeção será instalada numa casa também já existente, com pavimento de cimento e abobadilha; e que o ecrã ficaria sob o telhado de um pequeno alpendre. Informa ainda que o recinto, embora não muito amplo, pode comportar 250 pessoas, mas cuja lotação poucas vezes será atingida, tendo em conta que se trata de uma localidade pequena; e apontam-se as dimensões das entradas e das saídas demonstrando condições de segurança. O projeto foi aprovado pela Inspeção Geral dos Espetáculos, em Agosto, com duas condições: dotar de água corrente todas as retretes e urinóis e estabelecer a instalação elétrica nos termos de alguns decretos citados de 1936 e de 1939. Como podemos observar na Planta 1, o recinto a que a documentação se refere estava compreendido no ângulo formado pela rua de S. Teotónio e com a travessa das Amendoeiras, e nela são identificadas as localizações da entrada e da saída, das casas de banho, da cabine de projeção, dos lugares para os espectadores e do ecrã.



Planta 2

Já no segundo projeto o objetivo é a construção de um edifício específico para ser utilizado como cinema. Esse era o intento de Rogério do Carmo Tomé e Lucílio Pires Bamond. A Inspeção Geral dos Espetáculos já tinha sido contactada em Março de 1947 para que fosse aprovado um projeto para esse fim, mas a instituição pediu a remodelação quase total do projeto que foi reenviado em Maio. Para fundamentar o pedido para a construção, os signatários apontam que a ideia de levar a cabo a instalação de um cinema em Alcáçovas, terra essencialmente agrícola, habitada na quase totalidade pela classe rural, é um empreendimento que não tem carácter de exclusivo interesse dos requerentes, tendo, acima de tudo, como superior finalidade, desviar, na medida do possível, a classe rural da taberna, prestando-lhe assim um benefício de incalculável valor moral e cultural, de que ela tanto carece, e irá acabando pouco a pouco com os males que a taberna, em seu convívio e ambiente deletério, lhe acarreta, embrutecendo-a e depauperando-a, cada vez mais. Os requerentes consideram ainda que são asseguradas condições de segurança e higiene porque o edifício será construído em rua larga, com materiais de construção incombustíveis, com portas e janelas em ferro, e terá paredes caiadas de branco, como é uso na região, o que chega a ser feito duas ou três vezes por ano. A Planta 2 mostra o desenho do edifício, com a localização da cabine, da plateia, das casas de banho e do ecrã.

A Inspeção dos Espetáculos enviou um parecer em junho onde dizia que deviam ser observadas ainda algumas condições para a execução do projeto.

Correspondendo aos actuais números 28 e 30 da rua do Relógio, não sabemos exatamente quando é que o edifício foi contruído, mas a data do projeto permite datá-lo do final da década de quarenta do século XX, sendo que, de acordo com informação oral de habitante da vila, o edifício terá deixado de funcionar como cinema no final da década de setenta ou no princípio da década de oitenta.

Sabendo que Lucílio Pires Bamond foi um dos sócios fundadores da Sociedade União Alcáçovense, é visível que

este era um individuo com intervenção cultural na localidade. Resta a dúvida sobre a identidade de Rogério do Carmo Tomé, e o desconhecimento das fontes de financiamento para a construção. De acordo com o projeto os requerentes adquiriam o terreno para este fim, mas não há qualquer indicação sobre se pretendiam custear a construção ou se essa seria feita com o financiamento de alguma instituição local ou até com o apoio da população.

Nota: A autora agradece a Nuno Grave as informações prestadas sobre a localização geográfica do cinema, sobre a identidade de Lucílio Pires Bamond e sobre a época de cessação do cinema na rua do Relógio.

Fátima Farrica
Historiadora e Arquivista